



Redes de vizinhança e sociabilidades rurais:

propostas metodológicas de análise dos Registros Paroquiais de Terras, Minas Gerais, 1854-1856

Mateus Rezende de Andrade

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

Bolsista Capes

mateusandrade@ufmg.br

Introdução

“Uma fazenda sita no córrego João Ferreira”, esta é a localização fornecida por Antônio Dias dos Anjos, no dia 30 de março de 1856, de uma de suas “fazendas”¹ com 80 alqueires de extensão nos subúrbios da Vila da Piranga, próximo ao córrego do Catanho.² Ainda que seu avô, 70 anos antes, tivesse sido um importante senhor de escravos com propriedade no mesmo córrego, não foram as vias da herança familiar que legaram esta fazenda a Antônio Dias dos Anjos. Conforme declarado por ele ao pároco, a mesma havia sido adquirida por compra a João Pedro Vidigal de Barros, bisneto do Licenciado Domingos Coelho, importante potentado local.

Além desta propriedade, outra, no córrego do Angu, nos subúrbios da Vila com seus 50 alqueires de terra, também fora declarada pelo mesmo proprietário, adquirida por compra a “Ana Rosa e seus herdeiros”. Desta segunda propriedade, nenhuma outra informação sobre sua localização fora fornecida. Todavia, três vizinhos confrontantes foram mencionados: o padre Francisco de Paula Homem, Jacinto José Vargas e o Capitão Antônio Anacleto Varela. Todos os três vizinhos em suas declarações de terras reafirmaram a relação de vizinhança com Antônio Dias dos Anjos. O mesmo ocorreu com os confrontantes declarados na propriedade do córrego João Ferreira, a saber, Manoel Inácio da Silva Araújo e Eduardo Teodoro de Araújo, este, proprietário da fazenda da Liberdade, imponente propriedade com suas “três sesmarias de cultura”³.

A partir das declarações destes cinco vizinhos confrontantes das propriedades de Antônio Dias dos Anjos, tem-se uma visão ampliada das relações de vizinhança que compuseram aquele espaço social. Assim, buscaram-se os outros vizinhos declarados pelos confrontantes das terras de Antônio Dias dos Anjos, e aqueles outros proprietários que lhes

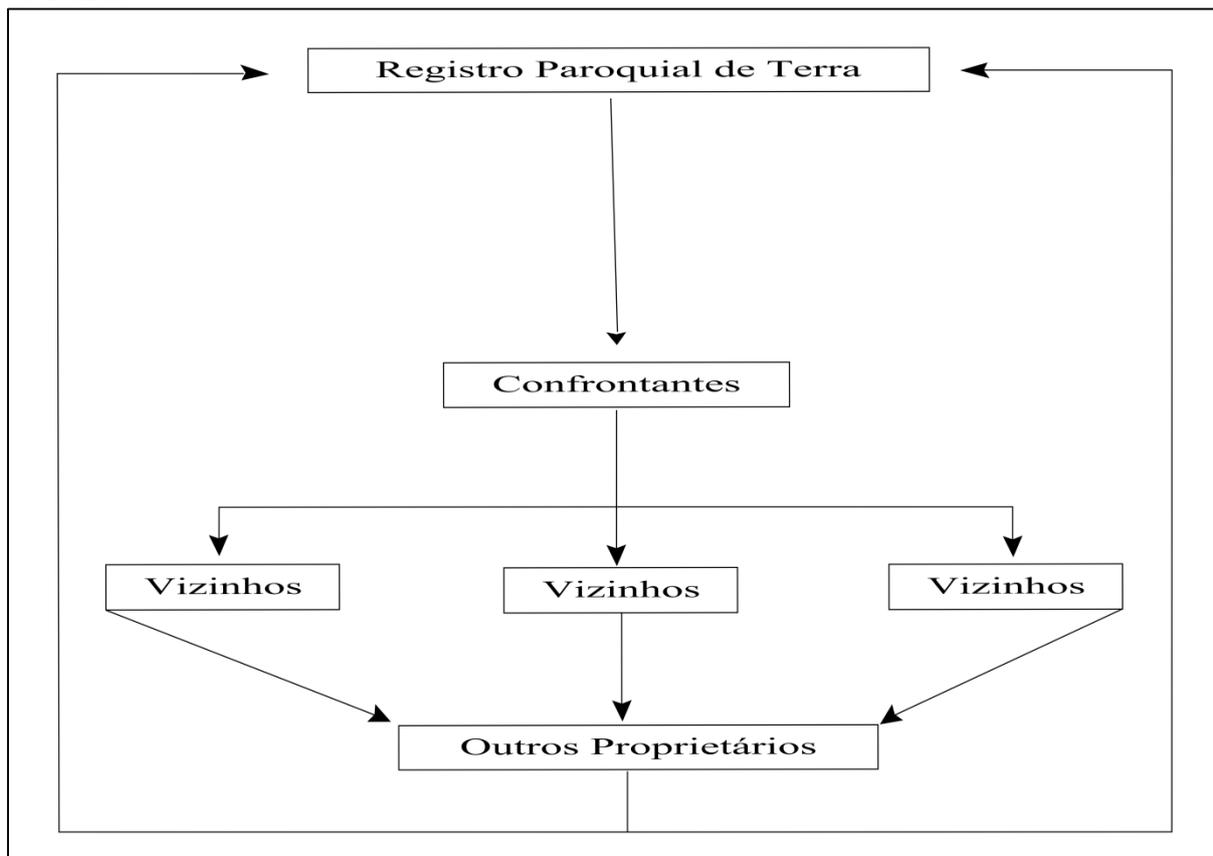
¹ Este é o termo usado pelo declarante no Registro Paroquial de Terras.

² Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1592.

³ Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-160, Rolo 13, Registro 1602.

declararam como vizinhos e, eventualmente, ao próprio Antônio Dias dos Anjos ou seus vizinhos (ver Figura 1). Replicando estes procedimentos para todos os registros paroquiais de terras declarados, tem-se uma variada gama de informações que permitem problematizar a produção social do espaço no Vale do Rio Piranga.

Figura 1 – Organograma de composição da rede de vizinhança a partir do Registro Paroquial de Terras



Fonte: Baseado em apontamentos metodológicos oferecidos por Angelo Carrara e Rafael Laguardia. Cf. CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira . Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013

A partir do levantamento do nome de cada declarante de terra e as propriedades registradas, reproduzi procedimentos de pesquisa desenvolvidos e aplicados por Angelo Carrara e Rafael Laguardia, por eles denominado de Sistema de Espacialização de Propriedades por Vizinhança⁴, o qual lança mão de técnicas específicas da Teoria dos Grafos.⁵ De tal modo, as propriedades tornam-se os objetos centrais da análise empreendida (apesar de

⁴ Ver CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária...p.222-224

⁵ Ramo da matemática que estuda a relação entre objetos de um determinado conjunto



o nome do proprietário figurar como sua principal representação), enquanto o conjunto formado por estas e seus confrontantes delimitaram as estruturas espaciais em foco.

Porém, destaca-se que as preocupações primárias de Carrara e Laguardia envolvem a análise da estrutura fundiária e seus limites territoriais. Por exemplo, Rafael Laguardia, em sua dissertação de mestrado, orientado pelo professor Angelo Carrara, em grande parte do desenvolvimento de suas propostas procedimentais para o georreferenciamento, demonstrou preocupação na delimitação das áreas declaradas, valendo-se também do Sistema de Espacialização de Propriedades por Vizinhança.⁶ Por consequência, o enfoque analítico incide nas declarações recíprocas, pois a partir delas conhecem-se os limites, qualitativamente refinados, pois mutuamente instituídos. Neste texto esforço-me em apresentar resultados de procedimentos de pesquisa dedicados a conhecer os contornos do espaço social, abrindo a possibilidade de, eventualmente, mapear possíveis conflitos sem abrir mão de uma pesquisa qualitativa solidificada em extensa base de informações.

O Registro Paroquial de Terras do Termo da Vila de Piranga

O objetivo principal deste texto é aprofundar a “questão da terra” e lançar luz sobre dados históricos da tenebrosa estrutura fundiária brasileira. Especificamente, a partir destes dados, pretende-se testar a hipótese de que, no contexto de indefinições e incertezas jurídicas sobre a legislação fundiária, declarar uma propriedade não dizia respeito somente à sua institucionalização, mas a localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Portanto, assume-se o Registro Paroquial de Terras como um documento no qual está refletida a estrutura social da paróquia, portanto, é resultado do processo de produção social do espaço em que se reproduzia.

Deste modo, além dos elementos fundiários tradicionalmente trabalhados por quem utilizou o Registro de Terras, como a extensão das propriedades, as variadas formas de acesso e as categorias dos proprietários⁷, este texto versa sobre as estruturas sociais que se deixam

⁶ LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria...* georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terra. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

⁷ CASTRO, Hebe M. M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; SARAIVA, L. F. *Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora – 1870-1900*. In: *X Seminário sobre a economia mineira*. CD-ROM. Belo Horizonte: Cedepal/UFMG, 2002; AGUIAR, M. A. A. *Terras de Goiás: estrutura fundiária 1850-1920*. Goiânia: Editora da UFG, 2003; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2003



entrevier pelo Registro Paroquial de Terras a partir dos vizinhos confrontantes declarados. Finalmente, insere-se numa tendência interpretativa que vem oferecer novos olhares sobre esta rica documentação, a partir das novas possibilidades metodológicas dadas pelo georreferenciamento e pela História do Espaço.⁸

A região do vale do Rio Piranga vem sendo estudada já há alguns anos por diversos jovens pesquisadores que encontraram ali um solo fértil para a reflexão de diversas temáticas caras à historiografia brasileira como o mundo rural⁹, Inquisição e distinção social¹⁰, elites e famílias¹¹, compadrio¹², família escrava¹³, crédito e mercado interno¹⁴, gênero e história das mulheres¹⁵, escravidão e alforrias¹⁶, mulheres e o universo rural¹⁷, a violência e relações étnico-raciais¹⁸ e mulheres solteiras e dinâmicas familiares.¹⁹ Dentre todos estes

⁸ Sobre o Registro de Terras e as potencialidades do georreferenciamento, Ver CARRARA, Angelo Alves; Laguardia, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do georreferenciamento em História Agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. Saeculum (UFPB), v. 29, p. 209-229, 2013. Sobre a História do Espaço, sugere-se a leitura do texto “What is Spatial History?”, autoria do professor Richard White, um dos coordenadores do Spatial History Project da Universidade de Stanford. Ver WHITE, Richard. What is Spatial History? Stanford University Spatial History Lab. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%202020110.pdf>, acessado 05/05/2016

⁹ LEMOS, Gusthavo. *Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*, Minas Gerais, 1800-1856. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

¹⁰ LOPES, Luiz Fernando R. *Vigilância, Distinção & Honra: os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2012

¹¹ ALVES, Débora Cristina. *Alianças familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga – 1715 a 1790)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em História. 2013

¹² ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

¹³ SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. *Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João Del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Programa de Pós-graduação em História. 2014.

¹⁴ COSTA, R. P. A. *“Devo e Não Nego; Pago Quando Puder”*: Demografia, Economia e o Sistema Creditício na Freguesia de Guarapiranga (1831-1865). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

¹⁵ COSTA, Lucilene Macedo da. *Relações sociais e trajetórias femininas em Guarapiranga, Minas Gerais – século XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

¹⁶ LEAL, Tiago Pereira. *Da promessa à confirmação: alforrias, legados e heranças aos escravos e libertos da região de Guarapiranga, Minas Gerais (c: 1820 – 1871)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. 2015

¹⁷ BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra...*

¹⁸ COSTA, Wesley Souza. *Quando a mão pesa: crime, escravidão e a concepção de violência contra escravo na Comarca de Guarapiranga (1830-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João Del-Rei, 2016.



trabalhos, apenas dois deles, de autoria de Gusthavo Lemos e Eliane Batista, valeram-se do Registro Paroquial de Terras. Todavia, ainda assim, por questões de amostragem e problemas históricos específicos às suas abordagens, lançaram mão apenas dos registros da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga.²⁰ Além dos 377 registros contidos na série documental desta paróquia, nesta pesquisa ampliou-se o espaço em estudo e foram incorporados os dados dos 233 proprietários da Paróquia de Sant´Ana da Barra do Bacalhau²¹ e dos 928 registros da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera²², totalizando 1538 registros de terra pesquisados.

Tabela 1 – Paróquias, freguesias e distritos no Registro Paroquial de Terras do Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856

Paróquias	Freguesias	Distritos	Propriedades	Área (hectares)	Média
Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga	Piranga	Bacalhau	27	4.045,24	149,82
		Calambau	86	22.317,24	259,50
		Manja Léguas	16	2.173,16	135,82
		Mestre de Campos	20	2.205,83	110,29
		Oliveira	42	12.966,36	308,72
		Vila	186	76.255,29	409,97
Paróquia de Sant´Ana da Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	Barra do Bacalhau	153	61.036,51	398,93
		Tapera	80	51.768,64	647,11
Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera	Dores do Turvo	Brás Pires	34	21.141,12	621,80
		Conceição do Turvo	89	16.090,58	180,79
	Espera	Dores do Turvo	171	45.180,92	264,22
		Espera	193	44.274,24	229,40
		São Caetano do Chopotó	112	15.567,86	139,00
		Remédios	189	33.488,93	177,19
		São José do Chopotó	140	36.660,82	261,86
		São José do Chopotó	140	36.660,82	261,86

¹⁹ VALENTE, Priscilla F. *Viúvas e Solteironas chefes de domicílios na freguesia de Guarapiranga, 1800-1870*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, 2016.

²⁰ Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga. TP-1-159, TP Rolo-13-Flash 01; TP-1-160, TP Rolo 13-Flash 01.

²¹ Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Sant´Ana da Barra do Bacalhau. TP-1-15, TP Rolo-02-Flash 01

²² Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Espera. TP-1-72, TP Rolo-06-Flash 01.



Total	1538	445.172,74	289,45
--------------	-------------	-------------------	---------------

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Este registros pesquisados perfazem um total de 15 distritos subdivididos em 5 freguesias. Como se pode perceber pela Tabela 1, há grande discrepância entre as representatividades de cada um destes distritos, seja pelo número de declarantes ou pelo somatório das extensões de cada um dos proprietários que citaram esta informação ao pároco responsável pela feitura do documento. Por exemplo, enquanto no distrito de Manja Léguas somente 16 foram os proprietários declarantes de terras, no distrito da Espera este número foi de 193 proprietários. Já no quesito área, no distrito de Mestre de Campos, onde 20 declarantes tinham em média 110,29 hectares de área em suas propriedades, em Brás Pires, um distrito com poucos proprietários de terras, esta média foi de 621,80 hectares.²³ Tais diferenças, além de indicarem distintas temporalidades de ocupação, sugerem que análises de casos específicos podem elucidar as distintas experiências e as dinâmicas rurais que cada um destes distritos e proprietários vivenciou no contexto social e econômico do século XIX.²⁴

Redes de vizinhança e estruturas relacionais

Durante os anos iniciais do Império no Brasil, a estrutura fundiária, herdeira das sesmarias, permaneceu extremamente desigual, dando margem à existência de grandes propriedades movidas à mão-de-obra escrava, ao entorno das quais vivia uma população civilmente livre, porém, política e economicamente dependente. Neste período, entre a revogação da instituição das sesmarias e a aprovação da Lei de Terras (1850), verificou-se um limbo na regulação de posses legais, o qual, amparado pela antiga legislação, reconhecia a posse como fundamento efetivo da legalização sobre o uso daquela terra.²⁵ Deste modo, era prática difundida o contínuo movimento de fazer vingar posses, pois, ao produzir

²³ Nos originais pesquisados, a informação sobre a extensão das propriedades foi declarada em alqueires. Em vista de padronização e utilização de medida mais conhecida, transformou-se estas extensões em hectares. Para o cálculo, assumiu-se um alqueire sendo 4,84 hectares, seguindo as indicações sobre pesos e medidas contidas em NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2003, e CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

²⁴ Eliane Batista dissecou as características sociais e demográficas das proprietárias de terra e dos distritos que se circunscreviam na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, destacando contextos microrregionais distintos e as formas de acesso à terra e redes de sociabilidades firmadas por mulheres donas de pedaços de terras. Ver BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da Terra...*

²⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985



dependentes, potencializavam as possibilidades de criação e reprodução de redes de relações interpessoais que definiam o lugar social do indivíduo naquela sociedade.²⁶

Como o apossamento de terras era o meio mais frequente de aquisição, eram incertas as fronteiras instituídas. Sendo assim, a Lei de Terras, ao ordenar a realização do registro, no qual deveria conter os limites da propriedade declarada, colocou cada proprietário num dilema micropolítico, uma vez que estabelecer os limites implicava em alguns riscos. O primeiro, de ocorrerem disputas por um território caso os confrontantes declarados não reconhecessem a veracidade daquele documento; o segundo risco era o de limitar potenciais expansões, vedando a possibilidade de invasão de terrenos limítrofes e a expulsão de um vizinho desafeto.

Assim, postula-se que no momento de realização do registro paroquial de terras, um minucioso cálculo social era feito pelos declarantes. Alegar a posse de suas terras, neste contexto de incertezas e indefinições jurídicas, não dizia respeito somente à institucionalização e legalização de uma propriedade, mas, à localizar-se no espaço e, por conseguinte, socialmente. Desta forma, o meu interesse principal recaiu sobre os vizinhos declarados, a partir dos quais se constituiu as redes de vizinhança e ensaiaram-se interpretações sobre estruturas relacionais e fronteiras no espaço do Vale do Rio Piranga.

Imagine o volume de informações depositadas numa série documental com mais de 1500 registros, cada um deles com 10 variáveis em média.²⁷ Indubitavelmente são complexas e difíceis de serem analisadas, o que exigiu a adoção de certos procedimentos interpretativos que definissem uma base consistente de informações, as quais possibilitassem reflexões sobre as estruturas relacionais em torno da posse da terra.

Inicialmente, constatou-se que do total de 1538 propriedades declaradas, os proprietários eram 1376. Isto porque 136 indivíduos declararam posse sobre duas ou mais propriedades, enquanto 1240 indivíduos alegaram possuir somente uma propriedade. Se fosse verdade que todos os proprietários só mencionaram vizinhos que também foram declarantes de terras e que seus vizinhos tenham somente manifestado vizinhança com outros

²⁶ SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990

²⁷ As principais informações contidas em quase todos os registros são: nome do declarante; data de declaração; tipo de propriedade (“pedaço de terras”, “terreno”, “sítio”, “chácara”, “fazenda”, etc.); nome da propriedade; local; distrito; freguesia; forma de acesso; área; vizinhos.



proprietários, conforme organograma exposto na Figura 1, teríamos uma rede de vizinhança com 1376 indivíduos. Entretanto, nem todos estes declarantes foram mencionados como vizinhos confrontantes de outros proprietários e, ainda, nem todos os vizinhos que eles citaram em seus registros de terras eram proprietários declarantes, assim, tem-se um universo com muito mais nomes de vizinhos do que de proprietários de terras.²⁸

Como exemplo, apresento o caso do capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros, proprietário da Fazenda Cachoeirinha, no distrito de Calambau. Em sua declaração de terra, optou por não mencionar nenhum vizinho confrontante, apenas informou que a mesma era sita no lugar denominado “cachoeirinha” as margens do Rio Piranga e Xopotó, com 110 alqueires de terra. Na condição de vizinho, o sobredito capitão foi mencionado como confrontante apenas das terras de Vicente Soares Ferreira, detentor de 80 alqueires de terra às margens do Rio Piranga, também no distrito de Calambau. Além de Fortunato Pedro, neste registro também foram declarados vizinhos o declarante José Ferreira Alves Carneiro, proprietário da Fazenda Bananeiras, com 250 alqueires de terras, no distrito da Tapera; e ainda, Jesuíno Gomes da Silva, um pequeno proprietário de uma “sorte de terras” com 10 alqueires de área, no local denominado “Bananeiras”.

Como já foi mencionado, Fortunato Pedro e José Ferreira Alves Carneiro não declararam nenhum vizinho, tendo o último, apenas referido alguns toponônimos como os limites que divisavam com sua fazenda. Por fim, Jesuíno mencionou como confrontantes o dito Vicente Soares Ferreira, demonstrando a reciprocidade e o reconhecimento mútuo dos limites existentes entre as duas propriedades. Porém, além de Vicente Soares Ferreira, Jesuíno Gomes da Silva também mencionou em seu registro de terras que sua propriedade divisava com as terras de um tal Francisco Soares Ferreira, muito provavelmente, em vista de seus sobrenomes, um parente de Vicente, mas, no universo das fontes pesquisadas, um desconhecido. No esforço em reconstruir as tramas e as sociabilidade em torno da posse da terra, uma ponta (quase) solta neste mar de nomes de vizinhos e proprietários declarantes.

Faço questão de ressaltar *uma ponta quase solta*, pois, há vários elementos nas declarações de terras que permitem extrapolar as informações ali dispostas. Por exemplo, já foi sugerida a possibilidade de Francisco ser um parente de Vicente, mas, além disso, o que merece maior destaque é o fato de Jesuíno – um pequeno proprietário esquecido no momento

²⁸ Ao todo, 1376 eram os declarantes de terra e 1477 foi o número de vizinhos confrontantes não identificados.

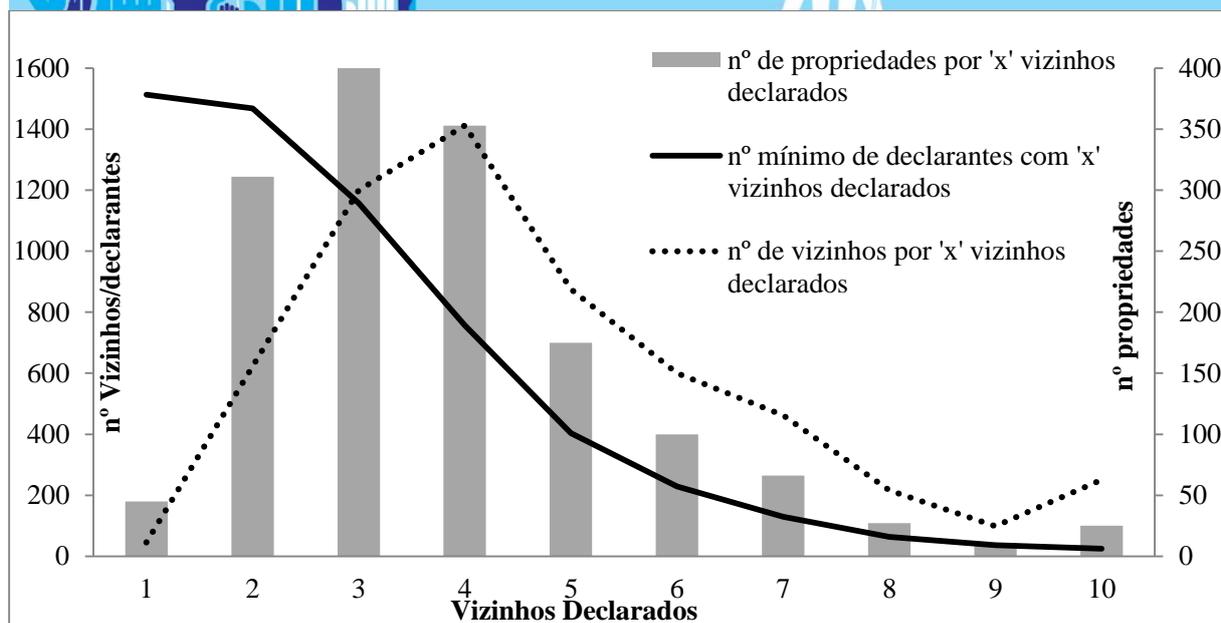


das declarações de terras realizadas pelo capitão Fortunato e José Ferreira Alves Carneiro, grandes proprietários das redondezas –, muito provavelmente analfabeto, ter tido seu registro de terras assinado pelo irmão do capitão Fortunato, o coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros. O que não deixa dúvidas tratar-se de um indivíduo conhecido naquelas paragens das fazendas Cachoeirinha e Bananeiras, porventura, até mesmo um vizinho confrontante, todavia, no cálculo social feito por Fortunato e José Ferreira no momento da realização do registro de terras, tal informação foi omitida.

Os motivos podem ser muitos e os mais variados possíveis. Não caberia aqui elencar todos e foge ao objetivo de compreender as perspectivas e as sociabilidades cotidianas que foram “postas à mesa” no momento em que os indivíduos iam declarar suas porções de terras. Em outras palavras, não efetua o propósito de captar a estrutura social por trás do ato de nomear determinados vizinhos e omitir outros confrontantes.

Deste modo, busquei sólidas relações firmadas entre proprietários e vizinhos que também eram declarantes de terras. Assim, dentre todos os 1376 declarantes, elencou-se os 3 primeiros vizinhos mencionados em cada uma das propriedades declaradas. Este número não poderia ser qualquer outro escolhido ao gosto do historiador, pois constatei que 22,63% de todos os vizinhos declarados eram mencionados em propriedades que declararam até três vizinhos, sejam estes indivíduos declarantes ou não de terras. Soma-se a este índice o fato de que 76,47% das propriedades que declararam vizinhos, mencionaram pelo menos três vizinhos.

Gráfico 1 - Número de vizinhos, declarantes e propriedades – Registro Paroquial de Terras, Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1854-1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Pode-se ver pelo Gráfico 1 que o número de 4 vizinhos declarados também poderia ser tomado como o ponto de corte indicativo de fortes relações entre declarantes e vizinhos. Afinal, o ápice de vizinhos declarados encontra-se nesta faixa, perfazendo um total de 1412 indivíduos. Todavia, em comparação com as faixas anteriores (1, 2 e 3 vizinhos), atentando-se especificamente a inclinação das linhas do Gráfico 1, fica evidente que há uma diminuição na progressão do número de vizinhos declarados. Do mesmo modo, atentando-se ao número mínimo de declarantes, entre a faixa dos três e quatro vizinhos declarados há uma queda desproporcional. Assim, assumindo-se o número de vizinhos declarados como um indicativo do grau de inserção do indivíduo declarante e declarado vizinho na estrutura sócio-fundiária daquelas localidades, afirmo três vizinhos como um número a partir do qual se podem ponderar importantes laços entre vizinhos e proprietários. Além de ser uma faixa de interseção com valores próximos entre o número mínimo de declarantes e vizinhos declarados, encontra-se nesta faixa de vizinhos declarados o maior número de propriedades.

Em tempo, é importante salientar que a ideia de apropriar-se do número de vizinhos declarados e o número de vezes declarado vizinho como indicativo do reconhecimento social não segue uma lógica matemática simples, na qual a diferença entre um e outro nos oferece um índice e este índice é a resposta final. Sustento que as relações de vizinhança, frutos de sociabilidades geridas em um espaço, fornecem um excelente subterfúgio para se depurar



como os proprietários de terra no Vale do Rio Piranga liam as sociabilidades em torno da posse da terra e se projetavam naquele espaço.

Após a seleção dos três primeiros vizinhos declarados, busquei excluir a miscelânea de vizinhos praticamente impossíveis de serem identificados. Primeiramente, eliminou-se aqueles declarantes de terras que não mencionaram vizinhos dentro do universo daqueles 1376 proprietários. Em seguida excluí aqueles declarantes que não aparecem como confrontantes dentro deste universo. Por fim, nomes duplicados sobre os quais recaía dúvidas quanto a tratarem-se do mesmo indivíduo foram também suprimidos do universo relacional das vizinhanças.

Por exemplo, imagine Ana Clara de Souza, nome de uma proprietária declarante em dois registros de terras, sem outras informações que confirmem tratar-se da mesma pessoa. É verdade que se poderiam manter no universo das fontes as duas propriedades, porém, a opção por excluí-las teve o intuito de evitar a inconsistência de informações sobre os vizinhos declarados. Assim, quando Ana Clara de Souza fosse declarada como vizinha, não saberia afirmar sobre qual das duas propriedades aquele registro específico confronta-se.²⁹

Ao final de todo este refinamento das informações recolhidas no Registro Paroquial de Terras, chegou-se a um total de 565 indivíduos declarantes de terras, todos eles declarados vizinhos confrontantes de terras por algum outro proprietário. Dentro deste novo universo relacional, 675 foram as propriedades declaradas, ou seja, 43,88% do total, ao passo que o percentual de proprietários envolvidos nestas sólidas relações de vizinhança foi de 41,06%. Enquanto dentro do total de 1376 proprietários 136 foram declarantes em duas ou mais ocasiões, no rol de 565 proprietários 91 foram declarantes duas ou mais vezes. Percentualmente, enquanto no primeiro caso, 19,37% de todas as propriedades estavam sob o poder daqueles 136 declarantes, no segundo caso, esta cifra foi de 29,77% de todas as propriedades declaradas pelos 91 declarantes supracitados.

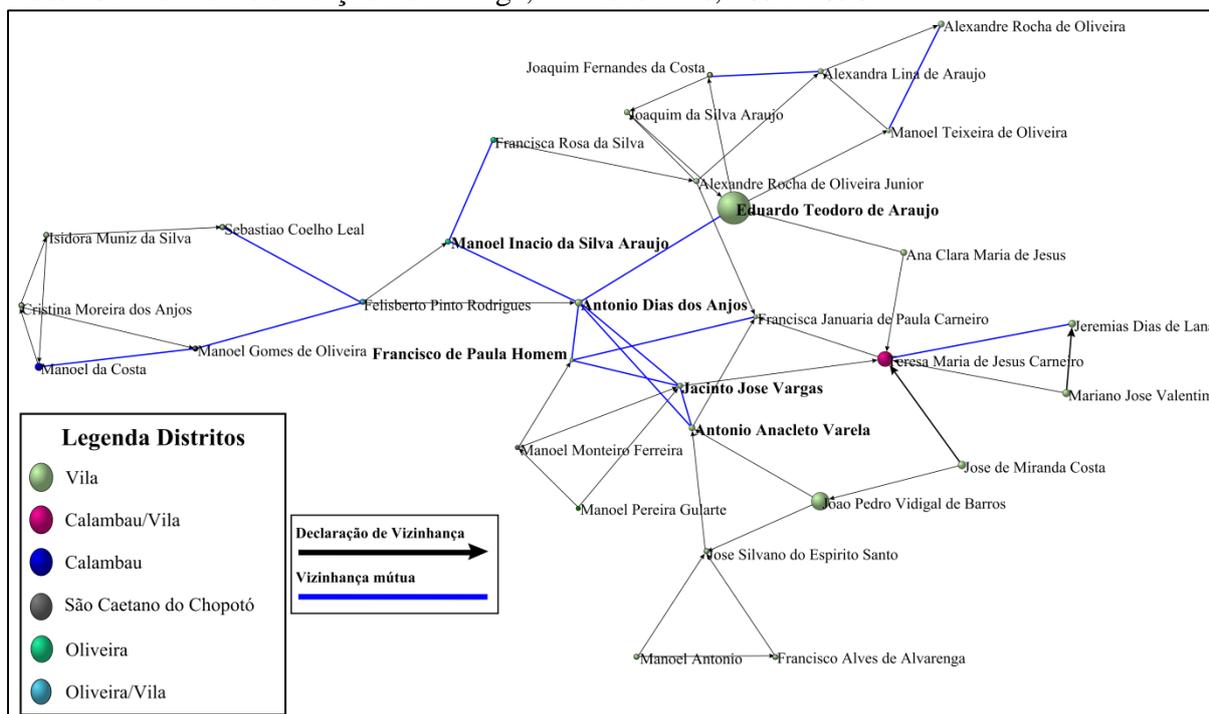
Tal desproporção não chega a causar grande espanto, pois, sendo o indivíduo declarante de várias propriedades, o seu universo relacional é ampliado, já que outros vizinhos são mencionados e ele mesmo é mencionado por mais proprietários declarantes. De

²⁹ É importante salientar que nem todos declarantes de duas ou mais propriedades foram excluídos do universo das informações trabalhadas nesta pesquisa. Diferente do exemplo fictício da declarante Ana Clara de Souza, houve vários casos de homônimos que foram identificados como sendo o mesmo proprietário declarante de duas ou mais propriedades.

todo modo, tais dados indicam que estes indivíduos eram os mais enraizados socialmente, visto que do total de 136 proprietários, 66,91% deles ainda figuravam nas redes de vizinhanças mesmo depois de feitas todas as exclusões e os refinamentos metodológicos das informações trabalhadas. Ao passo que, dentre os proprietários que foram declarantes uma única vez, apenas 38,22% mantiveram-se presentes no universo relacional após todas as supressões de declarações de terras procedidas.

Finalmente, feitas todas estas constatações, busquei os componentes estruturais que compuseram as redes de vizinhança constituídas no Vale do Rio Piranga. De maneira sucinta, um componente de uma rede social é uma estrutura específica detectada dentro de toda a rede constituída, portanto, não é toda a rede social, mas sim, parte de um todo que possui importante valor explicativo para a relação social em estudo, no caso desta pesquisa, a vizinhança.

Figura 2 – Rede de Vizinhança de Antônio Dias dos Anjos, distrito da Vila, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, Minas Gerais, 1854-1856



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

A título de exemplo, retomo os registros de terra declarados por Antônio Dias dos Anjos, o qual deteve um papel central na rede de vizinhança. Porém, explorarei esta informação e os seus significados mais à frente. Seguindo o modelo explícito no organograma da Figura 1, buscaram-se as declarações feitas pelos vizinhos mencionados nos registros do



declarante em tela e os confrontantes mencionados por estes. Ao todo, 31 declarantes de terras em quatro distritos diferentes estavam envolvidos nestas relações (Figura 2).

Vários aspectos saltam aos olhos quando vemos as relações de vizinhança diretas e indiretas que envolviam as propriedades de Antônio Dias dos Anjos. Por exemplo, há um alto grau de reciprocidade entre ele e seus vizinhos, pois, como se pode ver, ele mencionou e foi mencionado vizinho por todos confrontantes por ele declarados, o mesmo ocorrendo com o Padre Francisco de Paula Homem. Por sua vez, Eduardo Teodoro de Araújo, o maior proprietário das redondezas, estava rodeado de pequenos proprietários, os quais ele não declarou como confrontantes, muito provavelmente, numa relação de dependência social que havia entre grandes propriedades e os pequenos produtores ao seu entorno.

Todavia, apresentei estas relações na Figura 2 para demonstrar, efetivamente, o que é um componente estrutural de uma rede social. No caso destas vizinhanças expostas na Figura 2, um componente são as declarações de terra que envolviam Isidora Muniz da Silva, Cristina Moreira dos Anjos, Manoel da Costa, Sebastião Coelho Leal, Manoel Gomes de Oliveira e Felisberto Pinto Rodrigues, este último em relação de vizinhança mútua com os dois anteriores e o único que interliga este componente de proprietários declarantes aos outros atores desta rede de vizinhança.

Assim, atentando-se às relações que havia entre os vários componentes que estruturavam as relações de vizinhança no Vale do Rio Piranga, esforcei-me em compreender como a coesão³⁰, em função da reciprocidade social, delimitou as feições daquele espaço. Deste modo, os elementos centrais da análise tornaram-se os subgrupos de declarantes de terra, os quais, em fortes relações de interdependência, apresentam sínteses de como se configurou o retrato da estrutura fundiária contida no Registro Paroquial de Terras.

³⁰ Segui modelo apresentado por James Moody e Douglas White, no qual, a coesão social é repensada pelo grau de conectividade de um determinado ator social com o restante dos atores a ele inter-relacionados, diretamente ou não. Grosso modo, o grau de coesão de um universo social (no caso em questão, as redes de vizinhança), é conhecido quando determinados atores, ao serem extraídos deste universo de relações, tornam as mesmas menos fluidas, isolando certos grupos de atores de outros (Ver MOODY, J.; WHITE, Douglas. *Structural Cohesion and Embeddedness: A Hierarchical Concept of Social Groups*. *American Sociological Review*, Vol. 68, nº 1 (Feb., 2003), p.103-127). Por exemplo, da rede de vizinhança em análise neste texto, quando extraídos da mesma aqueles indivíduos fortemente interconectados entre si e que, conseqüentemente, serviam como elos entre atores isolados, o grau de conectividade das relações diminuiu na ordem de 14%. Outro índice importante que demonstra a importância de determinados proprietários declarantes para a coesão da rede de vizinhança, é a densidade de relações (número de laços averiguados sobre o total de laços possíveis, ou seja, ocorreria 100% de densidade se todos os declarantes declarassem todos os outros), pois, se considerados somente as relações internas a estes subgrupos altamente coesos, a densidade de relações foi de 3,12% e, quando considerada a totalidade destas relações de vizinhança, este índice foi de 0,29%.



Finalmente, tal proposição de análise permitiu enxergar subgrupos de atores que variaram em grau de coesão e conectividade numa escala que vai de “Muito Forte” até “Muito Fraco”, as quais serão dissecadas a seguir.

Na definição desta escala que mede o grau de coesão e, conseqüentemente, indica a inserção e o reconhecimento social dos declarantes de terras nas estruturas sóciofundiárias do Vale do Rio Piranga, o primeiro elemento que definiu a variação entre “Muito Forte” e “Muito Fraco” foi o que é chamado dentro da Análise de Redes Sociais de reciprocidade. Grosso modo, é um importante índice que aponta e ressalta os laços entre os diversos atores sociais, os quais, mutuais ou não, são reflexos das particularidades estruturantes daquele universo relacional.³¹

Um segundo elemento muito significativo para compreender a estruturação das sociabilidades rurais é o grau de intermediação. Esta medida fornece diretrizes para se ponderar a habilidade e o controle que determinados atores possuem sobre as trocas relacionais. Em outras palavras, o intermediador é aquele que conecta diversos atores dentro do universo social através de laços indiretos.³²

O terceiro elemento da Análise de Redes por mim utilizado na percepção dos componentes de rede que estruturaram as redes de vizinhança do Vale do Rio Piranga foi a noção de dispersão, averiguada nesta pesquisa através da estrutura das redes de vizinhanças. Grosso modo, busquei caracterizar as redes a partir da percepção se os declarantes de terras estavam dispostos na rede social muito próximos e congregados em múltiplas relações indiretas ou, se afastados, interligados por outros poucos declarantes que faziam o papel de interligação da rede social. Cabe anotar aqui, a dispersão nas redes de vizinhança esteve em função do grau de intermediação que estruturou estas relações, pois, conforme constatado, se

³¹ Sobre os vários conceitos que guiam a Análise de Redes Sociais, ver SCOTT, John. *Social Network Analysis: a Handbook*. Second Edition. Sage Publications Inc. 2000; sobre o conceito de reciprocidade e sua aplicabilidade, há um estudo sobre as amizades e como as gentilezas cotidianas determinaram o cotidiano escolar no final do século XIX. Ver HEIDLER, Richard; GAMPER, Markus; HERZ, Andreas; EßER, Florian. Relationship patterns in the 19th century: The friendship network in a German boys' school class from 1880 to 1881 revisited. *Social Networks*, Volume 37, May 2014, Pages 1-13.

³² Sobre o grau de intermediação e como ele interfere na centralidade dos atores envolvidos numa rede social, Caitlin Hughes apresenta importantes reflexões tendo por objeto o mercado de drogas ilícitas na Austrália. Ao constatar que a diversificação na venda de entorpecentes era uma prática difundida naquele mercado ilícito, demonstrou como a presença de atores e produtos intermediadores estruturaram os fluxos e as trocas, fazendo funcionar o tráfico. Ver HUGHES, C.E.; *et al.* Social network analysis of Australian poly-drug trafficking networks: How do drug traffickers manage multiple illicit drugs? *Social Networks*, 2016. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378873316302209?via%3Dihub>, acessado 20 de julho de 2017.



num determinado universo relacional havia a presença saliente de um indivíduo intermediador, também foi alta a dispersão da rede social. Porém alta dispersão não significava, obrigatoriamente, a presença de um alto grau de intermediação na rede social.

Sobre a conceituação e uso da dispersão na Análise de Redes Sociais há desavenças entre pesquisadores e resistências sobre o sua aplicabilidade. Por se tratar de uma medida que envolve análises visuais (procedimento por mim adotado) de como os atores estão organizados – se dispersos ou mais aproximados em porções da estrutura de rede, há uma série de estudiosos, em sua grande maioria ligados às ciências exatas, que veem este procedimento (análise visual) como um entrave a investigação. Desta forma, procuraram produzir algoritmos e fórmulas que dessem conta da dispersão a partir de modelos relacionais verificados e descritos pela sociologia, geografia e urbanismo.³³

Por outro lado, estudos sobre migrações e a inserção de migrantes nas regiões de destino, ao se enfocarem na formação de suas redes sociais e as interseções destas com o espaço urbano, demonstraram que a dispersão dos atores na rede social foi um fator que esteve em relação de dependência com a sua integração ao espaço e as sociabilidades locais.³⁴ Inspirado por estes trabalhos, lancei mão da categoria espaço como uma variável explicativa das redes de vizinhança constituídas no espaço do Vale do Rio Piranga.

A partir deste procedimento procurei distinguir qual era o distrito onde determinado indivíduo declarou suas terras e os distritos onde seus vizinhos e os confrontantes destes declaram suas propriedades. É importante salientar que a presença de indivíduos proprietários de terras em distritos diferentes ou no mesmo distrito não foi o fator determinante do grau de coesão das redes de vizinhança, porém, acredito que atentar-se ao espaço de enunciação elucida a compreensão de como proprietários declarantes de terra situaram-se e perceberam as estruturas relacionais em torna da posse da terra.

Por último, o número de atores também foi ponderado como uma condição descritiva das redes de vizinhança. Assim como a variável espaço não foi um elemento que determinou

³³ HSIEH, Mo-Han; MAGEE, Christopher L. A new method for finding hierarchical subgroups from networks. *Social Networks*, Volume 32, nº 3, July 2010, p.234-244; ARENTZE, T.; VAN DEN BERG, P.; TIMMERMANS, H. Modeling social networks in geographic space: approach and empirical application. *Environment and Planning*, Volume 44, nº 5, 2012, p.1101-1120; SINCLAIR, Philip A. Network centralization with the Gil Schmidt power centrality index. *Social Networks*, Volume 31, nº 3, July 2009, p.214-219

³⁴ HOSNEDLOVÁ, Renáta. Embedded settlement intentions: The case of Ukrainians in Madrid. *Social Networks*, Volume 49, May 2017, Pages 48-66; HERZ, Andreas. Relational constitution of social support in migrants' transnational personal communities. *Social Networks*, Volume 40, January 2015, Pages 64-74;



o grau de coesão, o número de declarantes num componente de rede foi assumido tão somente como um aspecto descritivo que expressa como aqueles declarantes assimilaram as sociabilidades nas quais estavam envolvidos. Por exemplo, um componente de rede com poucos declarantes de terra, pode ser reflexo da inserção periférica daqueles proprietários nas redes de vizinhança daquelas localidades, porém, isso não quer dizer que muitos atores num componente seja indicador de consolidado reconhecimento social. Esta é uma variável que precisa ser correlacionado com a reciprocidade e a intermediação.

Finalmente, estão Tabela 2 todas estas variáveis e os elementos da Análise de Redes Sociais aos quais recorri na interpretação da redes de vizinhança do Vale do Rio Piranga, bem como as suas alternâncias, as quais fundamentaram as diferenças entre um componente e outro.

Tabela 2 - Variáveis e elementos definidores dos graus de coesão

Grau de Coesão	Reciprocidade	Intermediação	Dispersão	Espaço	nº Atores
Muito Forte	Forte	Baixa	Baixa	Distritos Diferentes	Muitos
Forte	Forte	Média	Baixa	Mesmo Distrito	Médio
Médio	Forte	Alta	Alta	Distritos Diferentes	Médio
Fraco	Fraco	Alta	Alta	Indiferente	Muitos
Muito Fraco	Fraco	Indiferente	Alta	Distritos Diferentes	Poucos

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Sessão Provincial. *Repartição Especial das Terras Públicas*. Registro Paroquial de Terras.

Conclusão

Ao longo deste texto procurei apresentar reflexões e procedimentos metodológicos que permitam outra leitura histórica dos registros paroquiais de terras produzidos no século XIX brasileiro. Enfatizei as redes de vizinhanças como um reflexo da configuração social em torno da posse da terra, postulando que a partir delas se podem distinguir situações privilegiadas acerca de conflitos, coesão e reconhecimento social de diversos proprietários que declaram terras aos párocos das localidades estudadas.

Conforme salientado, estes proprietários declarantes, ao nomearem determinados vizinhos e preterir outros, indicaram os limites que conferiam sentido àquele ato de se localizar no espaço do seu distrito. Desta forma, deixaram indicado que as fronteiras não reconhecidas bilateralmente apontam para hierarquias que existiam entre os proprietários de terra. Assim, espero que este texto e as aplicações metodológicas apresentadas sirvam de incentivo a busca pelas redes de vizinhança nos mais diversos espaços do passado brasileiro,



pois, conforme demonstrei as mesmas possibilitam detectar conflitos, suas rupturas e continuidades, e o desenrolar de tramas que amplificam o entendimento de dinâmicas sociais que marcaram o passado sociofundário brasileiro.